

trabalho *necessário*

issn: 1808-799X

ano 2 - número 2 - 2004

A ATUALIDADE – QUASE SEMPRE OMITIDA - DO MARXISMO: REFLEXÕES SOBRE HISTÓRIA E INTERDISCIPLINARIDADE

Sonia Regina de Mendonça*

Fronteiras interdisciplinares: história e sociologia

Tida, durante longo tempo, como “a” disciplina científica por excelência, a História viu seu “império” contestado a partir da emergência, no campo das Ciências Sociais, de inúmeras novas disciplinas que, pouco a pouco, e por caminhos os mais diversos, poriam em questão seu pressuposto epistemológico - àquela altura - inquestionável: a contingência. Saber dedicado às singularidades, aos fatos únicos ou às personalidades marcantes, a História dita “metódica” da segunda metade e, sobretudo, finais do século XIX, somente fez ampliar o fosso ao redor de seu “castelo” quando outras “ciências”, recém-chegadas – como a Geografia, a Psicologia e, finalmente, a Sociologia - emergiram no campo dos saberes sobre o homem, igualmente buscando seu lugar ao sol, e disputando espaço com esta que fora, até aí, a “ciência humana” preeminente.

Se o culto aos arquivos, à documentação e ao irrepetível - que, por sua vez, impunha a submissão e a passividade da história face aos fatos - sempre fora a tônica da disciplina historiadora, agora, diante das novas ameaças, tornava-se uma armadilha com duplo poder de enredamento. Os historiadores de ofício ora aferrar-se-iam a tais características, ora buscariam uma espécie de aproximação “condescendente”, de modo a preparar-se para o embate.

Da primeira opção, resultou a consolidação, na França dos anos 1870, de uma escola histórica que se disse “metódica”, com lugar cativo junto ao campo da História política e diplomática, em especial, organizada em torno da *Revue Historique*, fundada por Gabriel Monod, com uma influência duradoura junto ao ensino e à pesquisa da disciplina, a partir de então.

Para seus afiliados, a atividade do historiador poderia ser decomposta em algumas etapas hierarquizadas, tratando-se, antes de mais nada, de reunir documentos que serviriam de base para o seu relato da “verdade”. Se esta era a tarefa primeira, o método heurístico viria para por em prova a documentação, através de sua proposição crítica, formalizada por Langlois e Seignobos. De posse da fidelidade das fontes, o historiador metódico delas extrairia seu sentido, porém sempre como um “intérprete” supostamente fiel dos fatos isolados pelo método crítico, escudado, dessa forma, por um procedimento considerado como impessoal e neutro. Logo, no entender dessa corrente, a cientificidade da pesquisa histórica estaria garantida pela recusa de toda e qualquer especulação filosófica, posto que voltada para uma “objetividade” absoluta em seus domínios.

Por certo, tal escola contou com inúmeros opositores, dentro do próprio campo historiador. Segundo eles, o método crítico teria incentivado a dois gêneros históricos: de um lado, a História *evenementielle*; de outro, a história painel, que nele enquadraria os fatos, notadamente os político-institucionais. Contra o primado dessa história política se ergueria, muitos anos depois, a voz de Lucien Febvre, já em pleno século XX (1935), denunciando o privilegiamento dos traços escritos e dos testemunhos voluntários da história política nacional, decorrentes da sacralização dos arquivos, em detrimento de outras fontes históricas e, por conseqüência, da sobrevalorização de individualidades notáveis enquanto sujeitos da História. O lançamento dos *Annales* seria o coroamento dessa segunda posição dentro do *métier* do historiador.

Porém, tal cesura seria impensável sem a emergência da “mais jovem” das Ciências Sociais: a Sociologia. Desde a publicação, em 1895, de *As Regras do Método Sociológico*, Durkheim tentou abraçar a causa dessa nova disciplina à qual ele sempre buscou, um dia, subordinar a História. Para Durkheim e os seus, nada justificaria fundamente a divisão disciplinar do trabalho, senão as irregularidades da História e a diversidade das competências técnicas particulares que, mesmo assim, seriam secundárias em face do projeto científico de conjunto.

A leitura deste texto fundador da escola sociológica francesa demonstra a complexidade de suas relações com a História, já que seu autor opunha, de forma cristalina, as duas tradições então vigentes de análise do mundo social: a História cronológica e a Filosofia da História. No primeiro caso, a crítica voltava-se à exacerbada contingência implícita na singularidade absoluta dos fenômenos sociais e políticos, os quais, exatamente por isso, tornavam-se incomensuráveis entre si. Quanto à filosofia, voltava suas baterias contra a análise desses mesmos fatos à luz de modelos metafísicos, simplistas e reiteradores de um princípio de natureza – humana ou nacional – impeditivos da produção do conhecimento generalizante. Em suma: à História historicizante, Durkheim reprovava sua falta de audácia e seu ferrenho esforço por rechaçar a síntese. Já quanto à filosofia da História, criticaria sua imprudência explicativa e seu menosprezo pela historicidade do mundo social. Durkheim supunha estar abrindo espaço para que a História passasse a ser

feita “sócio logicamente”, ou seja, a partir do estabelecimento de determinadas leis.

Em seu método, Durkheim propunha instrumentos de objetivação do social pouco individualizantes e fartamente favoráveis à observação da dimensão regular e repetitiva da atividade social. Em verdade, fazendo da generalização uma das maiores características do fato social, pôs em prática um método experimental que se autorizava a aproximar a Sociologia das Ciências da natureza, resultando, por oposição à História metódica que tanto criticara, na minimização da historicidade dos fatos analisados. Sua máxima “Um fato social só pode ser explicado por outro fato social” é a melhor ilustração desse desdobramento, já que o objetivo maior da nova disciplina era, igualmente, atingir a cientificidade. Privilegiava-se, assim, a explicação causal em detrimento da compreensão, convidando os sociólogos a neutralizar o “efeito da idade” e fazendo com que o território do sociólogo ganhasse em generalidade comparativa aquilo que perdia em profundidade histórica e interpretativa.

A tensão já existente nas fronteiras entre ambas as disciplinas seria acirrada a partir da crítica de François Simiand que, não apenas denunciaria a “os ídolos da tribo dos historiadores”, como também defenderia a pretensão nomotética contra o tipo de História praticado pela escola metódica. A erudição não seria, a seu ver, terreno sólido o suficiente para fundar a cientificidade almejada, mas sim a aceitação das regras mínimas constitutivas de uma ciência positiva. Para ele

“Não há, por um lado, uma história dos fenômenos sociais e, por outro, uma ciência desses mesmos fenômenos. Há uma disciplina científica que, para atingir os fenômenos que são objeto de seu estudo, se serve de um certo método, o método histórico” (SIMIAND *apud* REVEL, 1998, p.3).

Logo, a uma História historicizante, Simiand contrapunha uma História “à la Durkheim”, com pretensões a atingir o social e o regular. Para alguns autores, tratar-se-ia menos de uma busca de interdisciplinaridade do que de uma a-disciplinaridade, posto que as disciplinas transformar-se-iam em especializações inevitáveis no seio de um só grande projeto conjunto.

O impacto do manifesto intelectual de Simiand desdobrou-se no tempo, com a fundação, em 1900, por Henri Berr, da *Revue de Synthèse Historique*, visando a uma proposta enciclopédica de síntese histórica dos acontecimentos, a ser realizada dentro de um espaço de livre confrontação entre práticas científicas que, na maior parte das vezes, se ignoravam. A História, território definido como o único possível para a efetivação dessa síntese dos saberes, assumia o lugar da Filosofia como organizadora desse espaço.

Em fins da década de 1920, a questão da interdisciplinaridade ainda permanecia tensa e, segundo o viés analítico convencional, insolúvel. Seria, mais uma vez, François Simiand o ponto de referência para o que Revel denomina de “abertura pragmática” (REVEL, *op. cit.*, p. 83) inaugurada por Bloch e Febvre quando do lançamento dos *Annales* com seu projeto pluridisciplinar, conquanto marcado pela forte rejeição à História política, por razões

óbvias. Sua opção pela dita História Social, bem como seu combate às compartimentações disciplinares continuavam, entretanto, a repor uma confrontação: aquela entre as abordagens do presente – ilustradas pelas Ciências Sociais – e aquela entre a experiência do passado e a interpretação do contemporâneo. O tempo social seria o único eixo possível do encontro interdisciplinar. Mas a isso voltarei mais adiante.

Mazelas e limites na produção do conhecimento

Nessa peculiar tensão entre História e Sociologia ou, em outros termos, entre uma episteme dita ideográfica e outra nomotética, desenrolaram-se as relações entre ambas as disciplinas no decorrer de todo o século XX, ainda que pontuado por conjunturas intelectuais diversas das anteriores.

Antes de destacar fatores elucidativos da possível convergência epistemológica e metodológica entre as duas disciplinas, creio ser prudente pontuar os aspectos negativos contidos em ambas as linhagens anteriormente abordadas.

No tocante aos defensores da contingência histórica, é importante reter a impossibilidade, resultante de seus postulados e práticas, de uma História-processo, alicerçada na dimensão coletiva dos atores e sujeitos sociais, já que contingência e acaso, tornados matérias-primas do fazer historiador, conduzem, facilmente, não apenas ao distanciamento de toda e qualquer crítica social como, por extensão, da própria noção de devir histórico. Tal impossibilidade, por seu turno, resulta num certo conservadorismo, mantido – e defendido – em nome da tão buscada cientificidade, tanto no que diz respeito ao trato das fontes, quanto aos episódios e atores “únicos” ou excepcionais. Por certo esse postulado/fazer histórico parte da premissa da impossibilidade da construção de individualidades dentro da própria dimensão social, como se elas não estivessem, necessariamente, inseridas numa dada realidade histórica.

A matriz ideográfica implica também, necessariamente, numa História que se supõe capaz de tornar sinônimos os fatos e a realidade o que, se por um lado empobrece – ou quase anula – o papel desempenhado pela imaginação histórica, por outro, e com muito mais gravidade, inviabiliza o fazer historiador a partir de qualquer princípio explicativo problematizante. Tem-se, dessa feita, uma História completamente descompromissada com a **ação** ou mesmo com a elaboração de indicadores que a orientem.

Nesse sentido, o movimento dos *Annalles* representou, não apenas a crítica a essa História historicizante ao extremo, mas também a muitos de seus pressupostos, sendo importante destacar que sua principal estratégia de combate alicerçou-se na metodologia. Foi a partir da pluralidade de métodos que se conseguiu superar a “escola histórica”. Os *Annalles* não foram apenas exitosos em dar consistência à chamada História-problema. Igualmente conseguiram redirecionar o “fazer historiográfico” no sentido da objetividade. Um dado, entretanto, deve ser destacado como herança desse embate: o quase ostracismo a que foi relegada a História política, transformada, dessa forma, numa espécie

de “fantasma” da escola histórica de fins do XX.

Ao mesmo tempo, não é demais recordar que, malgrado o grupo dos *Annalles* tenha efetivado um passo adiante no desenvolvimento da disciplina em sua busca pela História total e, conseqüentemente, sua abertura à multidisciplinaridade, ela continuou guardando um aspecto em comum, de meu ponto de vista, com a escola precedente: a restrição de suas atividades ao campo acadêmico ou científico, sem espriar-se para a ação política em seu sentido mais amplo, com exceção de seus primeiros tempos.

Quanto à regularidade sociológica, também ela não está isenta de males e mazelas, sobretudo porque arraigada ao império das leis, do qual resultariam a repetição de fenômenos enquanto obrigação – via de regra mensuráveis estatisticamente –, o retorno do mesmo, a morte do tempo, em suma, uma ciência superficial e pouco atenta à extrema complexidade das sociedades em suas determinações históricas concretas. Segundo Bourdieu, ele mesmo sociólogo, o afã durkheimiano de converter a sociologia numa ciência universitária reconhecida - ou seja, tão “pura” quanto possível - dotou-a de uma “neutralidade” sem história. Daí sua visão segundo a qual a Sociologia, desde a sua origem, teria sido uma ciência ambígua, dissimulada, mascarada, que teve que se fazer esquecer, se negar e renegar enquanto ciência **política**, para se fazer aceitar enquanto acadêmica (BOURDIEU, 1983, pp. 38-39).

A rigor, considerando-se os limites de ambas as disciplinas tal como expostos até o momento, o que importa, nesse trânsito nem sempre fácil - ainda que profícuo - entre História e Sociologia, continua sendo o enfrentamento de uma questão basilar: *como o mundo social é percebido e qual a teoria do conhecimento que explica o fato de percebermos o mundo como organizado?*

Mesmo em épocas mais recentes, correntes permanecem se antagonizando, inter e intra-disciplinarmente. Para os autores objetivistas, os fatos sociais - como as classes, por exemplo – continuam a existir na realidade somente na medida em que podem ser medidos com índices objetivos. Por certo, o conceito de classe, tomado nesse caso, em nada se aproxima do marxismo, sendo pensado tão somente enquanto categoria classificatória do social. De fato, o que está implícito nesse objetivismo é a ausência de teoria e a suposição de que a realidade se evidencia a partir de indicadores. Não se busca seus movimentos de descontinuidade ou de conflito, nem tampouco origens, gêneses e transformação.

Já para os subjetivistas ou espontaneístas, que se opõem às leis históricas, tendo como arma o primado da intuição – ou, o que dá no mesmo, o primado do sujeito – a ação/consciência é que se torna o critério organizativo dos grupos e das sociedades, para além de qualquer lei tendencialmente imanente da História.

A grande questão ainda irresolvida é aquela referente ao fato de que a maior parte dos conceitos, tanto na História, quanto na Sociologia – assim como nas demais Ciências

Sociais - são, obrigatoriamente, *conceitos históricos*, inventados para necessidades dessa ou daquela polêmica, isto é, em momentos historicamente bem precisos. No entanto na medida em tendem a transformar-se, via de regra, em instrumentos utilizados fora e além dos próprios contextos que os geraram, tais conceitos tornam-se investidos de um valor trans-histórico. O que a ciência parece desconhecer é que ela apenas registra, sob a forma de leis tendenciais, a lógica característica de um certo jogo de forças, num dado momento e não uma lei eterna, como o fazem os sociólogos conservadores contemporâneos, a propósito da tendência à concentração do poder, por exemplo.

Muitos são os que continuam a perguntar-se em que medida essa dupla oposição – oposição do ponto de vista da teoria do conhecimento e oposição do ponto de vista da ação política – pode ser superada. Se distribuíssemos numa espécie de espaço teórico os diferentes pensadores do mundo social de acordo com a posição por eles adotada sobre esses problemas, perceberíamos que as respostas não são independentes.

No terreno da antropologia ou da etnologia, por exemplo, onde a questão política propriamente não se coloca – pois ambas resolveram que o presente, ao trabalhar com sociedades “sem política”, não carrega sua própria política no interior do conhecimento - a divisão principal é, de novo, entre o subjetivismo e o objetivismo. A primeira concebe o mundo como um universo de regularidades objetivas, independentemente dos agentes e construído a partir do ponto de vista do observador imparcial, o qual, por seu turno, está fora da ação, “sobrevoadando” o observado. Já o etnólogo, é alguém que reconstitui uma espécie de partição não escrita que organiza as ações dos agentes que crêem improvisar, cada qual no seu ritmo, mas que agem, na realidade, conforme um sistema de regras transcendentais, de modo algo fenomenológico, revelando-se a antítese da vertente objetivista.

As implicações políticas dessas cesuras ou impasses são óbvias. De um lado, situa-se a linguagem das estruturas objetivas de dominação, as relações de força objetivas; de outro, está a soma dos atos infinitesimais que produzem, ao fim e ao cabo, a objetividade das relações sociais. De um lado, determinismo, de outro, espontaneidade. Em suma: estamos falando de disputas, disputas o tempo todo, seja para conservar o funcionamento das “leis”, seja para negar essa situação ou mesmo para transformá-la. Daí sua interdependência. Falar do social, estudar o social, conhecer o social é, queira-se ou não, falar, estudar e conhecer *conflitos*, nem que apenas se admitam aqueles que atravessam o próprio campo científico ou teórico.(como se este também não integrasse o social).

Voltando à questão acima colocada. Será que as representações do mundo social são o simples registro de divisões que existem, de fato, na realidade – isto é, na mente dos sujeitos sociais concretos -, ou trata-se apenas de uma construção operada pela aplicação de esquemas classificatórios? Ora, os sistemas de classificação são produtos sociais e, enquanto tais, são lugares de uma luta permanente, na própria prática cotidiana, onde cada um tenta impor a representação subjetiva de si mesmo como representação objetiva.

Admitido que qualquer lei só pode ser histórica, que inexistente indivíduo descolado da sociedade a qual pertence, a única superação possível, que permite escapar a esse “torneio de contrários” estéril e inútil, só pode ter como ponto de partida a assunção de que o fato científico se conquista, constrói e comprova, seja na História, seja na Sociologia. Isso implica tanto em rechaçar o empirismo – que reduz o ato científico a uma mera prova –, quanto o convencionalismo, que só se opõe aos preâmbulos da construção.

Dito de outra maneira, só pode haver história se for além de cada um e sua descrição, enquanto partes de grupos sociais, integrados ao processo que configurou o todo, logo, com seus momentos de conflito, de inflexão e de ruptura. De igual modo, só pode existir Sociologia para além da lei, inserido-se ela mesma, nos processos que a formaram, na dominação em que eles implicam e nas ações capazes de transformar o social enquanto um todo. Como o postula o historiador marxista Hobsbawm, a História só pode ser da sociedade e

“a História da sociedade é a história de unidades específicas de pessoas que vivem juntas, unidades que são definíveis em termos sociológicos, o que, por certo, suscita questões complexas mesmo supondo que estamos lidando com uma realidade objetiva (Hobsbawm, 1998, p. 92).

Me parece que a única ponte capaz de demonstrar o artificialismo das classificações que instauram fronteiras entre as Ciências Sociais – História e Sociologia, no caso em foco - reside na **prática**, na **ação**, que une o **conhecimento** ao **devir**, o saber à transformação, para além das dicotomias passado/presente ou idiografia/nomotetismo, posto que todas elas são tributárias, inexoravelmente, de uma mesma base empírica.

A interdisciplinaridade como falsa questão: "novos" saberes para encobrir velhas "descobertas"

A experiência dos *Annales* revelou-se, no tempo, a mais duradoura tentativa de convívio multidisciplinar. Ela perduraria desdobrando-se na VI Seção da *École de Hautes Études*, fundada sob o patronato de Febvre e o estímulo de Braudel. De qualquer modo, as tentativas de busca de uma epistemologia unitária viriam, já nas décadas de 1960 e 70, de disciplinas menos prestigiosas ou situadas à margem do mundo acadêmico. Tal foi o caso do “momento” estruturalista ou da Antropologia histórica, a qual garantiu a presença de historiadores na maior parte dos terrenos ocupados pelas Ciências Sociais.

No campo historiográfico a multiplicação de objetos, áreas de investigação e proposições tem sido a origem de tendências centrífugas, responsáveis pela proliferação de interesses historicistas, que parecem impedir o projeto de síntese integradora de antanho. Segundo alguns autores, os grandes paradigmas unificadores que serviram ao desenvolvimento da História, da Sociologia e das Ciências Sociais como um todo, teriam desmoronado na contemporaneidade, tais como o funcionalismo ou a história total. Também do lado da Sociologia registrou-se movimento equivalente, chegando a caracterizar o que muitos denominam de “anarquia epistemológica” (PROST, 1996, p. 204).

Nos dias de hoje, volta-se a discutir a necessidade da reestruturação das Ciências Sociais, pondo-se em cheque, com particular ênfase, a questão do passado enquanto domínio da História e do presente enquanto âmbito da Sociologia. Essa conjuntura tem favorecido a proposta de uma “nova” convergência entre História e Sociologia – estimulada pela iniciativa de Alan Burguière em 1979 – que torne a repensar os pressupostos das Ciências Sociais em seu conjunto, com vistas à consolidação de uma nova disciplina ou ramo do saber denominado *Sociologia Histórica do Político* (DÉLOYE, 1996), marcando o suposto “retorno” do “político” na História.

Para além desse retorno da política como nível pertinente e legítimo de análise histórica – o qual, ademais, não surgiu do nada, mas sim de uma conjuntura comemorativa em torno da Revolução Francesa - parece-me oportuno discutir o adjetivação empregada: ora se trata de um “novo” campo do saber em vias de autonomização, ora se trata de um ramo da história conhecida como “nova” história política (RÉMOND, 1996). Subliminarmente, entretanto, é perceptível que, a despeito de toda uma produção que visa a convergência, estamos diante de outro espaço de conflitividade, reeditando-se, de modo algo velado, a tênue fronteira entre Sociologia – agora histórica – e História – agora sociológica e política.

Com a melhor das intenções, os cientistas sociais que mergulharam nessa “nova” especialidade, comprazem-se em estar superando as tensões interdisciplinares, em nome e em prol de uma história das “profundezas do político” ou, em outros termos, da contextualização sistemática das categorias de análise da ciência política e da sociologia. Para esses autores trata-se de resgatar o

“constante vai e vem entre contextualização histórica e raciocínio experimental. Os dois pólos resumindo o domínio dos possíveis junto à sociologia histórica do político, em cujo espaço várias estratégias são praticáveis” (DÉLOYE, *op. cit.*, p. 27)

Privilegiam-se, assim, noções como as de Trajetória e Estratégia, por cujo intermédio a Sociologia Histórica interpretativa tentaria “restituir” a ação própria dos agentes sociais buscando, tanto dar conta do sentido que eles investem na História, quanto dos contextos históricos diversos que a eles se impõem. Da mesma forma, a Sociologia Histórica do político define-se por buscar erigir em seu objeto de análise as próprias fronteiras flutuantes e a autonomia, sempre contestada, do espaço político, autonomia por eles definida como fruto da articulação complexa e dinâmica entre o político e o social, o global e o local.

Porém, a maior ambição da sociologia histórica do político é forjar uma nova relação de conhecimento com o objeto político, mostrando-se atenta aos modos de constituição das realidades presentes e às lógicas sociais das realidades passadas, o que significa adotar um ponto de vista sobre o político capaz de iluminar as continuidades, sem deixar de lado, entretanto, também as rupturas. Em suma,

“...a sociologia histórica do político tenta favorecer a cooperação e a curiosidade

intelectuais, em uma palavra, a abertura ao trabalho da outra” (*Id. Ibid.*, p. 20).

Ora, por mais meritória que seja a iniciativa da consolidação dessa que se considera uma “nova disciplina”, julgo procedente tecer alguns comentários a seu respeito, a começar pelo designativo “novo”. Este, sempre sugere a superação de um “ex-novo” tornado “velho” em função de algo que, supostamente, o teria esgotado e ultrapassado. Digo isso pois podemos estar diante de algo que, à maneira do ovo de Colombo ou da reinvenção da roda, está imerso num campo que é sempre de disputas, conquanto apareça como uma “descoberta” ou “conquista” quando, em verdade, *a maior parte de suas questões e pressupostos já foram desenvolvidos anteriormente* e, mesmo que variando de opinião em opinião, continuam contando com validade teórica e explicativa.

Para tanto, gostaria de remeter a dois teóricos, a meu ver ainda insuperados - Marx e Gramsci – que já trataram, sobejamente, da relação entre passado e presente, ou entre idiografia e nomotetismo. O primeiro, numa afirmação clássica já dizia que

“Os homens fazem a sua própria história, mas eles não a fazem a partir de seu próprio movimento, em circunstâncias tão somente por eles escolhidas; essas circunstâncias lhes são dadas, transmitidas pelo passado” (MARX, 1976, p. 15).

Já quanto a Gramsci, remeto a uma citação que integra *As Cartas do Cárcere*, quando ele se indaga:

“A quantas sociedades pertence um indivíduo? Cada um de nós não faz esforços constantes para unificar sua própria concepção de mundo, onde continuam subsistindo fragmentos heterogêneos de mundos culturais fossilizados?” (GRAMSCI, 1986, p. 347).

Ora, me parece que a Sociologia Histórica do Político, malgrado visando resgatar para o espaço da interdisciplinaridade objetos relegados a um certo desprestígio tanto no campo da Sociologia, como no da História – tais como os regimes políticos, as instituições, o governo ou mesmo o Estado-Nação – transplanta para as Ciências Sociais, sob o epíteto de “novo”, um conjunto de preocupações e temáticas instituintes do campo do marxismo, este sim, *posto no limbo do esquecimento* ou, quando muito, “pinçado”, de forma pragmática, sempre que se necessita de um “argumento de autoridade” por parte de supostos atores de “esquerda”.

Por certo não poderia afirmar, sob pena de pecar pelo exagero, que Marx, ele mesmo, tenha dedicado fartas páginas de sua obra à reflexão acerca das fronteiras entre a História e a Sociologia – até porque estas fronteiras seriam, para ele, inexistentes -, nem tampouco àquela que diz respeito ao político e ao Estado, posto que seu principal projeto intelectual assumiu a forma de uma obra de análise “econômica”. Entretanto, é certo que Marx sabia que os modelos econômicos, para serem úteis à análise histórica, não poderiam ser separados das realidades sociais e institucionais, as quais incluem tipos de organização coletiva ou familiar. Evidentemente, ninguém é obrigado a concordar com este que foi um dos principais fundadores do pensamento sociológico moderno, nem com suas conclusões. Porém, *negligenciar a prática* desse que, mais que nenhum outro, definiu o

conjunto de perguntas históricas para as quais são atraídos, até hoje, os cientistas sociais é, no mínimo, uma imprudência e, no limite, uma injustiça e uma operação política de ocultamento. E me parece ser isso que a maioria dos estudiosos dedicados ao resgate da “história da História”, em seus múltiplos combates, primam por fazer: *produzir uma dada amnésia*.

O “desenclausuramento” das disciplinas humanas, no dizer de Gramsci, já está dado pelo próprio método inerente ao materialismo histórico, onde a linguagem interroga a filosofia, porque a filosofia do marxismo é também uma crítica da linguagem.

E se Gramsci, mais que qualquer outro pensador, desenclausura as disciplinas, é porque ele *pensa e pratica a política* de uma forma diferente, ou seja, atrelada à *cultura*, para além das picuinhas acadêmicas, posto que estamos diante não de um *homo academicus*, mas de um produtor de saber militante político e que, aliás, escreve a maior parte de sua obra encarcerado.

A herança marxiana, renovada pelas reflexões de Antonio Gramsci, já de há muito superaram as fronteiras da disciplinaridade, lançando mão do saber integral de modo a desvendar as hierarquias que organizam o mundo social, em particular o mundo capitalista ocidental, ainda que em conjunturas históricas radicalmente distintas.

O político, tanto em Marx, quanto em Gramsci – e sobretudo para este último – ultrapassa as barreiras construídas por cientistas sociais, alçado à condição de motor das transformações históricas mais imediatas e definido, como o foi, de modo indissociável, enquanto teoria e *ação*. É a essa questão que Bourdieu referia-se acima, qual seja, a da impossibilidade de desatrelar-se a teoria de uma prática política que lhe seja correspondente, ainda que não no registro marxista.

E é essa visceral impossibilidade de separar Teoria e Prática, Política e Sociedade, a posição defendida por Gramsci, para quem a Cultura - isto é, política - , em seu mais amplo e plural registro, torna-se o cimento das coesões sociais e das lutas pela transformação histórica. E nunca é demais recordar que cultura, para o pensador italiano, pouco tem a ver com o saber enciclopédico, erudito - todo homem é um intelectual, ainda que não viva disso como profissão - mas sim com o conjunto de atividades realizadas pelo homem, em inúmeros níveis, abrangendo desde o folclore e o senso comum, até a emergência do bom senso, cuja passagem se dá por intermédio da “catarse”, ou seja, da tomada de consciência sobre seu efetivo lugar no mundo social, propiciando, assim, a conquista de uma consciência superior – a filosofia da práxis - capaz de permitir ao homem compreender seu valor histórico, seus direitos e deveres. Afinal, não é o homem, ele mesmo, o processo de seus atos? Não é a verdadeira “filosofia” a história em ato, isto é, a própria vida? (GRAMSCI, 1991, pp. 38 e 44).

Para que isso se torne possível, é indispensável a ação do intelectual, conceito igualmente por ele redefinido, o qual deve ter consciência de sua *constituição sociológica*, de sua real

inserção nas relações sociais, que é sempre contraditória. Por um lado, superando seu isolamento, deve ligar-se às massas; por outro, deve unificar, através de sua prática, o que toda sociedade de classes separa – a *política* e a *cultura*.

E tal separação – que inclui, igualmente, o “partilhamento” das disciplinas sociais – se dá na medida em que da junção entre política e cultura, Gramsci elabora um de seus mais importantes conceitos, o de Hegemonia, indispensável para a explicação/compreensão do Estado Integral – ou ampliado – que, para ele, nada mais é senão Consenso encorajado de Coerção.

Mais que ninguém Gramsci viveu a simbiótica relação entre passado e presente, posto que suas reflexões podem ser reconstituídas, por exemplo, a partir de seus adversários do presente – Bordiga, Croce, Stalin - e seus interlocutores do passado – Maquiavel ou Marx. Nesse sentido, os *Cadernos* devem ser lidos como uma continuação do leninismo, porém em outras condições históricas e, certamente, com outros desdobramentos políticos. E “continuação”, aqui, não é mera aplicação: é retradução e desenvolvimento. As mesmas questões gerais de Lenin estão em Gramsci - o partido, a hegemonia da classe operária, a crítica ao economicismo - só que de um ângulo histórico totalmente específico: a vitória do Fascismo na Itália e a necessidade de um Estado de novo tipo.

Contrapondo-se, simultaneamente, ao pensamento liberal e ao totalitário, Gramsci destacou-se por conseguir pensar o Estado para além das desembocaduras “naturais” dessas vertentes, ou seja, nem como puro consenso, nem como pura coerção.

Por isso é o Estado a temática central de suas reflexões, o que nos obriga a pensar nas grandes questões políticas do *seu* tempo, tanto nacional quanto internacionalmente, tais como a crise do Estado liberal, a natureza do fascismo, a novidade do Estado dos soviets, os problemas do Estado socialista etc. Mas, refletir sobre o político – ou seja, sobre a cultura e o Estado – decorreu, também, de outra ordem de motivações, qual seja, entender o presente mas, sobretudo, apontar para o futuro. Daí o pivô de todo o seu pensamento ser a surpreendente resistência tanto dos aparelhos privados de hegemonia, contidos na sociedade civil, quanto das próprias agências da sociedade política ou Estado em seu sentido restrito, nos países capitalistas desenvolvidos.

De meu ponto de vista, um dos maiores méritos do pensamento de Gramsci foi tentar responder a essas questões pela *simultaneidade* de duas pesquisas habitualmente separadas: aquela sobre o Estado e aquela sobre a filosofia do marxismo e sua relação com as massas, já que a hegemonia deriva da cultura e esta, por sua vez, na teoria/ação gramsciana, não prescinde da ação dos intelectuais, os quais não se definem por especializações eruditas, mas pela capacidade de organizar a *ação política*, enquanto persuasores permanentes.

Para Gramsci, qualquer Estado desenvolve, paralelamente ao funcionamento da coerção, o funcionamento no nível da ideologia – tida por ele como equivalente a visão de mundo -

e da economia, o aprofundamento dos laços entre a força e o consentimento. O Estado integral pressupõe a tomada em consideração do conjunto dos meios de direção intelectual e moral de uma classe sobre toda a sociedade, a maneira como ela pode realizar sua hegemonia, ainda que ao preço de equilíbrios instáveis de compromisso. Por isso, o Estado, em Gramsci, implica num desenvolvimento rico e articulado das superestruturas, excluindo a possibilidade de sua redução somente ao governo/força

“o Estado é todo o conjunto de atividades teóricas e práticas com as quais a classe dirigente justifica e mantém não somente a sua dominação, mas também consegue obter o *consenso ativo dos governados*” (GRAMSCI, 1984, p. 89).

E aí intervém uma questão essencial ao pensamento de Gramsci: a da diferença entre Dominação e Direção. Para ser dominante, uma classe ou um grupo deve, primeiro, ser dirigente, ou sua “legitimidade” será precária. Por certo, essa direção somente será exercida mediante uma correlação de forças que, inevitavelmente, será sempre marcada pelo equilíbrio instável entre os grupos em luta.

Com isso se atinge algo bem mais amplo, atinge-se a própria direção de classe sobre o conjunto da sociedade, a partir das superestruturas, ficando claro que a Sociedade Política não se resume apenas ao aspecto institucional, mas se estende a todos os canais de organização do consenso, mormente o que o autor considera partido.

E partido político para Gramsci não é o que as Ciências Sociais, em suas disputas por espaços e reconhecimento no interior do mundo acadêmico, convencionaram chamar enquanto tal. Trata-se, isso sim, de todo e qualquer aparelho privado de hegemonia que construa a vontade coletiva organizada, donde a imprensa, uma agremiação, etc., assumirem o papel de partidos. Daí o título do capítulo I do *Maquiavel*, onde ele é apresentado como o “Moderno Príncipe”, ou seja, o “viveiro” de organizadores, selecionados por seu papel politicamente indissociável de organização e instrumento de “elevação moral” das massas, que só pode ser viável através da cultura comum

Por isso, para Gramsci, o materialismo dialético desencapsula as disciplinas, já que a mais abrangente e importante delas, a *filosofia* – entenda-se, a *história de uma época* -, é capaz de tornar o senso comum em bom senso, evitando que grupos sociais tomem de empréstimo visões de mundo elaboradas por outros grupos. Logo, nessa visão, o verdadeiro filósofo é o *político*, não aquele dos gabinetes partidários ou das salas acadêmicas, mas sim o político enquanto homem de ação, o único capaz de mudar o ambiente, justamente, *por agir*.

Com Marx e Gramsci, aprendemos que tudo é histórico, porque tudo é político e tudo é político, posto que cultural. Cabe, aqui, então, a pergunta: será que, nessa visão do que seja a História e a Filosofia, importa, de fato, contrapor uma episteme ideográfica a outra nomotética? Será que o devenir histórico não é, por si mesmo, amalgamante o suficiente para nos fazer deixar de lado as disputas pelo monopólio das classificações do mundo social inventadas e reinventadas pelo e dentro do próprio campo científico, a desdobrar-se

em “novas” disciplinas? Será que a especialização da especialização, dentro do campo das Ciências Sociais, visa agilizar a luta em prol de uma realidade social menos injusta? Ou será que, além de “esquecido” ou “morto”, o marxismo foi transformado em mero “gênero literário”?

(*) Professora do Programa de Pós-Graduação em História - UFF

Bibliografia consultada

BOURDIEU, Pierre. *Questões de Sociologia*. Rio de Janeiro, Marco Zero, 1983.

DÉLOYE, Yves. *Sociologie Historique du politique*. Paris, La Decouverte, 1996.

GRAMSCI, Antonio. *A Concepção Dialética da História*. 9ª ed., Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1991.

GRAMSCI, Antonio. *Cartas do Cárcere*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1986.

GRAMSCI, Antonio. *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*. 5ª ed., Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1984.

HOBSBAWM, Eric. *Sobre História*. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.

MARX, Karl. *Le 18-Brumaire de Louis Bonaparte*. Paris, Éditions Sociales, 1976.

PROST, Antoine. *Douze leçons sur l'Histoire*. Paris, Seuil, 1996.

RÉMOND, René (org.). *Pour une histoire politique*. Paris, Seuil, 1996.

REVEL, Jacques. "História e Ciências Sociais: Uma Confrontação Instável". IN: BOUTIER, Jean & JULIA, Dominique (orgs.). *Passados Recompuestos*. Rio de Janeiro, Edufrj/FGV, 1998, pp. 1-22.

Volta